ARTIGO 4.º

Direitos dos associados

São direitos dos associados:

1 — Honorários e efectivos

- a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- b) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária;
- c) Dar o seu contributo na dinamização das actividades da Associação;
- d) Usufruir dos benefícios e iniciativas criadas no âmbito da Associação.

2 — Efectivos

São ainda direitos dos sócios efectivos eleger e ser eleito para os órgãos sociais.

ARTIGO 5.º

Deveres dos associados

São deveres dos associados:

1 — Comparecer às reuniões da assembleia geral.

2 — Observar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes.

3 — Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

4 — Pagar as suas mensalidades ou quotas de acordo com o estipulado em assembleia geral.

ARTIGO 6.º

Perda da qualidade de sócio

Os pais e encarregados de educação cujos filhos deixem de frequentar a Escola Básica 1 n.º 1 de Linda-a-Pastora perdem automaticamente a qualidade de sócios, logo que tal acto se verifique. Deixam ainda de ser sócios os sócios que não efectuarem o pagamento da quota ou das respectivas mensalidades, ou que tenham prejudicado materialmente a instituição.

ARTIGO 7.º

Exclusão de sócios

Poderão ser excluídos pela assembleia geral, sob proposta do conselho executivo, os sócios que pratiquem actos lesivos aos interesses e bom nome da Associação e os que pelo seu comportamento contribuam para a criação de um mau ambiente na Escola.

ARTIGO 8.º

Órgãos sociais — Composição e funcionamento

1 — Assembleia geral:

a) É constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos;

b) A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e dois secretários;

c) Os sócios poderão fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral por outros sócios, bastando para prova dos poderes de representação a apresentação de procuração dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, a quem deverá ser entregue até ao início da reunião;

d) A eleição será feita por escrutínio secreto;

e) Para a realização da assembleia geral, em primeira convocatória, é necessária a presença de pelo menos metade do total do número de sócios. No caso de isso não se verificar, poderá a mesma assembleia geral efectuar-se em segunda convocatória, quinze minutos depois, com qualquer número de sócios;

f) A assembleia geral cabe deliberar sobre a adesão ou filiação da Associação em uniões ou federações de associações de pais e encarregados de educação;

g) A assembleia geral cabe a aprovação dos regulamentos necessários ao bom funcionamento interno da Associação, para além da competência estabelecida por lei e nestes estatutos;

h) A assembleia geral reunirá ordinariamente, convocada pelo conselho executivo, duas vezes em cada ano: uma primeira nos primeiros 30 dias após a abertura do ano escolar, para a eleição dos órgãos sociais e para a discussão do relatório e contas e do balanço anual apresentados pelo conselho executivo, a outra antes do período de férias da Páscoa.

i) A assembleia geral reunirá extraordinariamente quando convocada pelo presidente do conselho executivo, pelo presidente do conselho fiscal, ou quando requerido por um número mínimo de 10 % de sócios.

2 — Conselho executivo:

a) É composto por cinco associados, desempenhando um as funções de presidente, outro as de vice-presidente, um terceiro as de secretário, um quarto as de tesoureiro e um quinto as de vogal;

b) Compete-lhe a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar da Associação.

3 — Conselho fiscal:

a) É composto por três associados, um dos quais será o presidente, sendo os outros dois vogais;

b) Compete-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção e verificar as suas contas e relatórios. Reunirá com a periodicidade que entenda conveniente.

ARTIGO 9.º

Eleições

1) As eleições deverão ser convocadas para os trinta dias seguintes ao dia de abertura do ano lectivo;

2) As eleições deverão ser convocadas com 14 dias de antecedência em relação ao acto eleitoral;

3) As listas concorrentes deverão dar entrada na Associação de Pais até às 20 horas do sétimo dia após a convocatória;

4) As listas deverão conter as nomeações pessoais para os cargos a que concorrem;

5) As listas deverão ser acompanhadas de um plano de actividades para o ano lectivo a que concorrem;

6) Apenas poderão concorrer aos cargos para os corpos sociais associados da Associação.

ARTIGO 10.º

Regime financeiro

A Associação não tem fins lucrativos, tem gestão própria, autonomia administrativa e financeira e rege-se pelos presentes estatutos e pela lei geral.

ARTIGO 11.º

Disposições gerais

Esta Associação pode filiar-se, por deliberação da assembleia geral, em organizações nacionais e supranacionais cujos carácter e âmbito possam contribuir para a defesa dos direitos dos pais quanto à educação dos filhos (artigo 36.º da Constituição da República Portuguesa).

ARTIGO 12.º

Extinção

Para dissolução da Associação são necessários os votos favoráveis de três quartos dos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 13.º

Património da Associação

É constituído pela quotização dos associados cujo montante será fixado em assembleia geral e ainda por quaisquer donativos ou subsídios que eventualmente, venham a ser feitos por qualquer entidade.

ARTIGO 14.º

Alterações dos estatutos

Qualquer alteração a estes estatutos só poderá ser efectuada com a votação a favor de pelo menos três quartos dos sócios e em assembleia geral convocada para o efeito.

ARTIGO 15.º

Casos omissos

No que estes estatutos estejam omissos, rege a vontade soberana da assembleia geral, em conformidade com as leis em vigor.

Conforme o original.

26 de Junho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000209983

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO
DA ESCOLA EB23 LEONARDO COIMBRA (FILHO)**

Estatutos**CAPÍTULO I**

**Denominação, sede social, natureza,
fins e duração**

ARTIGO 1.º

Da denominação da AP

A associação tem a denominação de Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB23 Leonardo Coimbra (Filho), sendo adiante designada por AP.

ARTIGO 2.º

Da sede social da AP

A AP tem a sua sede nas instalações da respectiva Escola, localizada na Rua do Pintor António Cruz, sem número, 4150-084 Porto.

ARTIGO 3.º

Da natureza jurídica da AP

A AP é uma instituição sem fins lucrativos, independente de ideologias política, religiosa ou outra, e que se obriga a agir de acordo com os princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, da Declaração Universal dos Direitos da Criança e em conformidade com as leis vigentes.

ARTIGO 4.º

Dos fins da AP

A AP valoriza uma visão personalista da escola, caracterizada pelo primado da pessoa humana, em relação à qual toda a instituição se define.

Sendo reconhecido o direito e dever dos pais e encarregados de educação em orientar todo o processo educativo dos seus educandos, cabe à AP assegurar a sua representação em sede própria, participando activamente na resolução de problemas escolares e na construção de uma escola com mais espaços para mostrar saberes e sentidos, aonde os adultos — professores, auxiliares de educação ou pais, se sintam responsáveis e dignificados, e as crianças sejam respeitadas e se sintam felizes.

Por este quadro de princípios, a AP estabelece o propósito determinado de:

- 1) Tomar assento nos órgãos de gestão e administração da Escola, nos termos da lei e em conformidade com o regulamento interno da Escola;
- 2) Organizar e colaborar em iniciativas que tenham em vista a melhoria da qualidade de funcionamento geral e humanização da Escola, assim como em práticas motivadoras de uma boa aprendizagem e desenvolvimento pessoal dos alunos;
- 3) Organizar e colaborar em iniciativas de âmbito social que visem acompanhar e ou encaminhar alunos com necessidades sociais ou educativas especiais;
- 4) Incentivar os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola a participarem ao longo do ano lectivo na vida escolar dos seus filhos e educandos;
- 5) Intervir como parceiro activo na comunidade educativa da Escola, participando em projectos de inovação que facilitem novas dinâmicas pedagógicas.

ARTIGO 5.º

Da duração da AP

A AP terá duração temporal ilimitada, regendo-se pelos presentes estatutos.

CAPÍTULO II

Associados

ARTIGO 6.º

Das condições de admissibilidade

Por direito próprio, podem ser associados da AP todos os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola que assim expressem tal vontade, obrigando-se a cumprir as disposições estatutárias.

ARTIGO 7.º

Dos direitos dos associados

- 1) Participar em todas as iniciativas levadas a efeito pela AP;
- 2) Intervir e colaborar nos trabalhos e deliberações da AP;
- 3) Eleger e aceitar ser eleito para integrar os corpos sociais da AP;
- 4) Recorrer à AP para apresentar questões relativas aos seus filhos e educandos, por serem questões de incidência directa na vida escolar;
- 5) Propor à AP iniciativas que entendam úteis para uma melhor vida escolar;
- 6) Ser informado periodicamente das actividades em curso ou a desenvolver pela AP;
- 7) Requerer a realização de uma assembleia geral para tratamento de assuntos relevantes e urgentes, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º dos presentes estatutos;
- 8) Qualquer associado qualificado tem direito a um voto, independentemente do número de filhos e ou educandos que frequentem a Escola.

ARTIGO 8.º

Dos deveres dos associados

- 1) Colaborar sempre que possível com os órgãos da AP quando estes o solicitarem;
- 2) Exercer com zelo e diligência as funções dos cargos para que foram eleitos;
- 3) Comparecer às reuniões para que foram convocados e contribuir para o desenvolvimento harmonioso da AP bem como para a realização dos seus fins;
- 4) Respeitar e fazer respeitar as disposições estabelecidas nos presentes estatutos, e aceitar as decisões dos corpos sociais;
- 5) Respeitar o regulamento interno da Escola;
- 6) Pagar atempadamente a quota anual que vier a ser fixada, a qual se destina a fazer face a despesas administrativas e outras decorrentes da prossecução dos objectivos da AP.

ARTIGO 9.º

Das sanções

Os associados que manifestamente não cumprirem os seus deveres para com a AP perdem a qualidade de associado, enquanto durar a situação de incumprimento.

CAPÍTULO III

Património social

ARTIGO 10.º

Dos bens do património social

- 1 — O património da AP é constituído por:
 - a) Receitas da quotização anual dos associados;
 - b) Receitas casuais, donativos ou subsídios eventualmente atribuídos;
 - c) Equipamentos informáticos;
 - d) Outros bens.
- 2 — As receitas da AP serão depositadas em conta própria de uma instituição bancária a escolher pelos corpos sociais, obrigando a sua movimentação a assinaturas de dois membros da direcção.

CAPÍTULO IV

Corpos sociais

ARTIGO 11.º

Das disposições gerais

Constituem corpos sociais da AP a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

ARTIGO 12.º

Da eleição dos corpos sociais da AP

- 1) A eleição dos corpos sociais efectua-se por escrutínio directo e voto secreto;
- 2) As listas podem ser apresentadas pela direcção cessante ou por grupo(s) de associados não inferior a 11, vencendo a lista que obtiver o maior número de votos dos presentes;
- 3) Os corpos sociais são eleitos pelo período completo de um ano lectivo, devendo os seus membros manter-se em exercício de funções até à data de eleição dos seus substitutos;
- 4) As funções exercidas pelos membros dos corpos sociais não são remuneradas.

ARTIGO 13.º

Da constituição da assembleia geral

A assembleia geral da AP fica legalmente constituída quando estiverem presentes pelo menos metade mais um dos associados no pleno gozo dos seus direitos civis.

Se à hora designada não se verificar a presença daquele número de associados, a assembleia pode deliberar em segunda convocatória, após trinta minutos da hora previamente marcada, com qualquer número de associados presentes.

ARTIGO 14.º

Das deliberações da assembleia geral

- 1) As deliberações da assembleia geral devem ser tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.
- 2) As deliberações sobre alterações dos estatutos da AP exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.
- 3) A deliberação para dissolução da AP requer o voto favorável de três quartos de todos os associados.

ARTIGO 15.º

Da convocatória da assembleia geral

1 — A assembleia geral reunirá obrigatoriamente uma vez no 1.º trimestre do ano lectivo para aprovação do relatório e contas anuais, bem como para eleger os corpos sociais da AP.

2 — A assembleia geral será convocada pela direcção da AP ou a requerimento ou solicitação do presidente da mesa da assembleia geral, do conselho fiscal ou quando requerida por um mínimo de 25 associados com um fim legítimo.

3 — A assembleia geral é convocada por aviso ou convocatória escrita, devendo ser entregue a cada um dos associados ou expedido por intermédio do aluno, e afixado em local próprio na Escola, com uma antecedência mínima de oito dias, indicando obrigatoriamente a data, hora e local da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.

4 — A mesa da assembleia geral será constituída por três membros, dos quais um exerce as funções de presidente, outro de vice-presidente e outro de secretário.

ARTIGO 16.º

Das competências da assembleia geral

Compete à assembleia geral:

- 1) Eleger e destituir os membros da mesa, direcção e conselho fiscal, nos termos da lei;
- 2) Fixar o montante mínimo da quota a pagar anualmente por cada associado;
- 3) Apreciar e votar, na reunião ordinária anual, o relatório e contas anuais da AP;
- 4) Apreciar e votar os estatutos, bem como as propostas de alteração dos mesmos;
- 5) Decidir da dissolução da AP;
- 6) Analisar e dar parecer sobre assuntos de interesse para a realização dos objectivos da AP;
- 7) Fiscalizar a actividade da direcção e do conselho fiscal;
- 8) Quando necessário dar autorização para a AP demandar a direcção por factos praticados no exercício do cargo;
- 9) Designar os representantes dos pais e encarregados de educação nos órgãos de gestão e administração da Escola aonde tenham assento — assembleia de escola e conselho pedagógico;
- 10) Designar os representantes dos pais e encarregados de educação que devam integrar a assembleia eleitoral que elege o conselho executivo da Escola.

ARTIGO 17.º

Das competências do presidente da mesa

Compete ao presidente da mesa ou ao seu substituto indicado:

- 1) Requerer ou solicitar a convocatória das assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias;
- 2) Presidir às reuniões da assembleia geral e orientar a ordem dos trabalhos;
- 3) Elaborar o livro de actas, que servirá também para a tomada de posse dos corpos sociais, a qual deverá ser dada pelo presidente da mesa;
- 4) Assinar as actas das assembleias gerais e procederá legalização do respectivo livro.

ARTIGO 18.º

Da gestão da direcção

1 — A gestão da AP será assegurada por uma direcção composta por cinco membros que serão pais e encarregados de educação de alunos da Escola.

2 — Dos membros pertencentes à direcção, um exercerá as funções de presidente, outro de vice-presidente, outro de secretário, outro de tesoureiro e outro de vogal.

3 — Sempre que se afigurar necessário proceder ao preenchimento de uma vaga na direcção, esta deverá providenciar ao preenchimento oportuno da mesma, através de convite dirigido a um dos membros suplentes, já devidamente eleitos na assembleia geral de eleição dos corpos sociais da AP.

ARTIGO 19.º

Das competências da direcção

Compete à direcção da AP:

- 1) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos, assim como todas as decisões tomadas em assembleia geral;
- 2) Gerir de modo organizado e eficiente todas as actividades da AP;
- 3) Elaborar o plano anual de actividades da AP, promovendo a sua difusão;
- 4) Convocar as assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias;

5) Elaborar o relatório e contas anuais da AP, apresentando-os até 30 dias antes da reunião ordinária da assembleia geral, e submeter esses documentos a votação/aprovação da assembleia geral acompanhados do parecer do conselho fiscal;

6) Representar a AP sempre que necessário;

7) Praticar todos os actos necessários à concretização dos objectivos da AP;

8) Administrar com parcimónia os bens pertencentes ao património da AP;

9) Reunir com os órgãos de gestão e administração da Escola, sempre que as circunstâncias assim o recomendem.

ARTIGO 20.º

Das responsabilidades da direcção

1 — A responsabilidade dos actos praticados pela direcção da AP será solidária.

2 — A AP só fica obrigada pela assinatura de dois membros da direcção, devendo ser uma das assinaturas do seu presidente ou vice-presidente, e outra do tesoureiro.

ARTIGO 21.º

Das deliberações da direcção

1 — A reunião da direcção é convocada pelo respectivo presidente, só podendo deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 — A direcção reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por cada trimestre e sempre que solicitada para o efeito a direcção reunirá extraordinariamente.

3 — A direcção tem condições efectivas de deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros, tendo o presidente voto de qualidade nas suas deliberações.

4 — Por cada reunião realizada deverá ser lavrada a correspondente acta.

ARTIGO 22.º

Do conselho fiscal

O conselho fiscal eleito pela assembleia geral será constituído por membros, dos quais um exerce as funções de presidente, outro de secretário e outro de vogal.

ARTIGO 23.º

Das competências e deliberações do conselho fiscal

1 — O conselho fiscal é convocado pelo respectivo presidente, só podendo deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 — Fiscalizar a legalidade dos actos da direcção.

3 — Fiscalizar e dar parecer sobre o relatório e contas anuais apresentadas pela direcção, num prazo que deve ser inferior a 15 dias após a sua apresentação.

4 — Verificar as contas e sua conformidade estatutária sempre que o entenda necessário.

5 — Reunir ordinariamente uma vez por cada período escolar, a pedido de qualquer um dos seus membros ou membros da direcção.

6 — Emitir parecer sobre quaisquer actos da direcção, sempre que solicitado para o efeito.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 24.º

Da dissolução da AP

Apenas por decisão dos seus associados a AP pode ser dissolvida, decisão essa tomada em assembleia geral para o efeito constituída.

Em caso de dissolução, os bens da AP têm o destino que vier a ser deliberado na respectiva assembleia geral de dissolução, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 166.º do Código Civil.

ARTIGO 25.º

Com a Escola ou isoladamente, a AP pode inscrever-se ou vir a estabelecer relações com associações ou clubes de carácter cultural ou desportivo, ou promover, por todos os meios ao seu alcance, o aproveitamento racional de instalações disponíveis, desde que daí resultem vantagens directas para os educandos da Escola.

ARTIGO 26.º

No que os presentes estatutos forem omissos, observar-se-á o disposto na legislação geral em vigor, bem como nas leis em vigor sempre que aplicáveis às associações.

ARTIGO 27.º

Desde que não integrem os corpos sociais, a AP pode aceitar associados beneméritos, ficando contudo a sua admissão condicionada à aprovação final da direcção.

Conforme o original.

26 de Junho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000209984

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1/JI DA PONTE PEDRINHA

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, sede e afins da Associação

ARTIGO 1.º

1 — A associação de pais e encarregados de educação da Escola Ponte Pedrinha a seguir designada por Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB/JI Ponte Pedrinha é uma instituição sem fins lucrativos, que se regerá pelos presentes estatutos, sendo os casos omissos resolvidos em assembleias gerais e de acordo com a lei vigente para as Associações.

2 — A Associação de pais e encarregados de educação da EB/JI Ponte Pedrinha não se subordinará a qualquer ideologia política ou religiosa e exercerá a sua actividade com plena independência em relação a quais quer organizações oficiais e privadas, mas fomentando sempre a colaboração efectiva entre os vários intervenientes no processo educativo.

3 — A Associação durará por tempo indeterminado e tem a sua sede no edifício da Escola, sito na Rua do Padre Armando Lira, freguesia de Maximinos, concelho de Braga.

ARTIGO 2.º

1 — A Associação de Pais e Encarregados de Educação tem por objectivo principal difundir a actividade escolar e associativa, assim como desenvolver, promover e cooperar em todas as acções conducentes ao bom funcionamento da Escola, no sentido de se obter a melhor resolução dos problemas relacionados com a instrução, a educação integral dos educandos, a criação e manutenção de instalações com dignas, bem como a participação na organização de actividades de tempos livres.

2 — Para concretizar os objectivos previstos no número anterior, a Associação propõe-se:

a) Colaborar com a escola na apreciação das questões disciplinares e pedagógicas, de acordo com a legislação em vigor;

b) Manter os Pais e encarregados de Educação informados sobre a vida escolar;

c) Promove contactos com outras associações congéneres, no sentido de integrar a sua acção num contexto o mais amplo possível;

d) Promover a detecção e o estudo de problemas que afectem a comunidade escolar, através de reuniões, inquéritos, conferências, exposições, ou a criação de grupos de trabalho específicos para esse efeito;

e) Colaborar por todos os meios ao seu alcance, quer na integração efectiva na Escola, quer no meio social em que estão inseridos os alunos e os seus familiares;

f) Promover, dentro do seu âmbito, actividades culturais, recreativas ou desportivas, para os Alunos, tanto no período de aulas como no de férias;

g) Recorrer a entidades consideradas necessárias, para suporte e melhoria da sua acção, especialmente nas áreas da saúde, da prevenção e da segurança.

CAPÍTULO II

Dos associados

ARTIGO 3.º

1 — São membros da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Ponte Pedrinha que nela se inscrevam.

2 — Quando o pai, mãe, ou encarregado de educação se houverem inscrito como associados, podem fazer-se representar em conjunto, mas apenas um deles terá direito a voto, independentemente do número de filhos que frequente a Escola.

3 — Perdem a qualidade de associados:

- a) Quando o filho ou educando deixar de frequentar a Escola;
- b) A pedido do Associado, quando solicitado por escrito expressamente dirigido à direcção da Associação;
- c) Quando tenham deixado de pagar pontualmente as suas quotas;
- d) Quando tenham infringido as regras estatutárias ou legais ou ponham em causa o bom-nome da Associação.

ARTIGO 4.º

São direitos dos associados:

- a) Participar nas assembleias gerais, ou outras reuniões, para as quais sejam convocados;
- b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sócias da Associação;
- c) Serem informados das actividades da Associação, podendo solicitar à direcção esclarecimentos sempre que o entendam;
- d) Utilizar os serviços da Associação nos assuntos relativos à vida escolar dos seus filhos ou educandos;
- e) Propor à direcção iniciativas que considerem úteis para a prossecução dos objectivos da Associação;
- f) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária nos termos estatutários, sempre que julguem ter havido incumprimentos legais e desde que o solicitem ao presidente da mesa pelo menos um terço dos associados no pleno gozo dos seus direitos;
- g) Receber as publicações emitidas pela Associação.

ARTIGO 5.º

São deveres dos associados:

- a) Comparecer às reuniões da Associação para as quais tenham sido convidados;
- b) Pagar pontualmente as suas quotas;
- c) Observar todas as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações dos órgãos sociais;
- d) Cooperar nas actividades da Associação e contribuir, na medida das suas possibilidades, para a concretização dos seus objectivos;
- e) Exercer com zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos ou designados.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO 6.º

1 — São órgãos sociais da Associação: a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — Os órgãos sociais serão eleitos anualmente, no início de cada ano lectivo, em assembleia geral convocada expressamente para o efeito e após a elaboração das respectivas listas concorrentes e entregues ao presidente da mesa em exercício ate ao início do acto eleitoral.

3 — O mandato inicia-se após a tomada de posse, a qual deverá ocorrer logo que possível e num prazo nunca superior a oito dias, após as eleições.

4 — O exercício dos cargos é gratuito, podendo, no entanto, justificar-se o pagamento de despesas dele derivadas.

5 — Os órgãos sociais são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da sua maioria, tendo o presidente o direito ao voto de qualidade, se necessário. As deliberações para a aprovação ou alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de pelo menos três quartos dos associados presentes. As deliberações sobre a dissolução só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos três quartos de todos os seus associados.

6 — Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre elaboradas as respectivas actas, obrigatoriamente assinadas por todos os seus membros presentes, com excepção das de assembleias gerais que o serão pelos elementos da mesa, mas ficando em anexo a respectiva lista de presenças.

ARTIGO 7.º

A assembleia geral

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos.

2 — A assembleia geral é dirigida pela respectiva mesa constituída por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.

3 — Na ausência ou impedimento de qualquer um dos membros da respectiva mesa, competirá a esta eleger os substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções, após o termo da sessão.